**SINAEG REPUDIA DESVALORIZAÇÃO DO GOVERNO**

**E ENQUADRAMENTO INJUSTO A 'SUPORTE ADMINISTRATIVO**

Na última sexta-feira, 10 de maio de 2024, a Direção do SINAEG recebeu uma notificação da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério da Economia (SRT/MGI), solicitando a indicação de dois representantes para compor a Mesa Específica e Temporária de Negociação do Plano de Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE), Correlatas e Estrutura Remuneratória Especial dos Cargos Específicos (ERCE).

O Sindicato lamenta profundamente que a SRT/MGI persista em não reconhecer e valorizar adequadamente os cargos de engenheiro, arquiteto, economista, estatístico e geólogo, negando-lhes uma mesa específica que trate das carreiras e cargos da infraestrutura, desenvolvimento e investimento público. O SINAEG reitera que sua missão não está alinhada com a indicação de representantes para compor uma mesa que não considera de forma adequada às particularidades e necessidades dos servidores dos cargos regidos pelo Capítulo VII da Lei nº 12.277/2010.

Apesar das divergências, o SINAEG se fará presente na mesa de negociação, mantendo a mesma disposição que levou os servidores da ERCE a fundarem o sindicato, em busca do reconhecimento de sua carreira, bem como a necessidade de uma remuneração justa, alinhada às exigências e responsabilidades das formações e funções desses servidores.

No contexto das discussões em andamento, surgem questionamentos sobre o enquadramento e as atribuições dos cargos ERCE em comparação com os demais considerados pelo próprio Governo como Suporte Administrativo. Isso inclui cargos “auditores de não sei o quê”, “analistas de não sei quê lá” e “especialistas de sabe-se lá o quê”, geralmente vistos como mais nobres e recebendo tratamento diferenciado em negociações salariais e de carreira.

Essa classificação vaga e imprecisa, Suporte Administrativo, abrange atividades de apoio e assistência dentro de uma organização, dentre os quais, responsáveis por Logística, Administração e Pessoal, contribuindo para o funcionamento eficiente das operações principais e desempenhando um papel crucial no cumprimento das metas organizacionais. O SINAEG entende ser crucial reconhecer a importância e valorizar esses servidores, dentro do contexto do Plano de Geral do Poder Executivo (PGPE) e correlatos.

E que a concepção implícita do Governo de separação dos profissionais ERCE, como também os de suporte, em uma função meramente auxiliar das atividades finalísticas das pastas não apenas perpetua uma visão hierárquica ultrapassada dentro da Administração Pública, mas também limita drasticamente o potencial desses técnicos em contribuir de forma significativa para o desenvolvimento e eficácia das políticas públicas.

É evidente que as atividades desempenhadas pelos cargos da ERCE não se enquadram em atribuições administrativas ou atividades meio, mas sim em uma estrutura de cargos de atuação finalística e transversal em diversos órgãos da Administração Pública.

Questiona-se se os demais servidores do suporte administrativo possuem as mesmas exigências dos ERCEs, o que ressalta a inadequação de classificar os cinco cargos da Lei 12.277 nesse grupo, dada a especialização e funções. Os servidores da ERCE têm exigências específicas como diploma correspondente ao cargo, registro profissional prévio, anuidade em dia e Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

Os servidores da ERCE questionam se suas atividades não são realmente similares às dos demais considerados "finalísticos", e se, portanto, teriam permissão para suspender suas responsabilidades. Isso implicaria que os servidores das carreiras de "auditores, analistas e especialistas" lidariam com questões técnicas de infraestrutura, desenvolvimento econômico-social e investimento público. Considerando que possuem formação igual e desempenham atividades similares, senão as mesmas, é injusto que recebam salários desiguais, muitas vezes a metade.

Em suma, o Governo estigmatiza os ERCEs ao associá-los erroneamente a um grupo que não lhes cabe e desconsidera a complexidade e importância de suas atribuições, que exigem formação técnica específica e regulação legal. Isso destaca a necessidade de um diálogo mais profundo e transparente sobre as definições e distinções entre os diferentes tipos de cargos e suas atribuições na Administração Pública.

Neste contexto, o SINAEG destaca ainda a importância de um discurso firme para refutar publicamente a escolha política do Governo, de não apenas subvalorizar as carreiras da ERCE, mas também minar os direitos e reconhecimento desses servidores.

Por exemplo, apesar do impacto orçamentário de uma reestruturação aos ERCEs ser relativamente baixo, como comprovados em estudos e simulações do nosso sindicato entregues ao MGI. O Governo opta por gastar menos com servidores o qual são exigidos a mesma formação e atividades, perpetuando desigualdades, transferindo-lhes o ônus do novo Marco Fiscal.

Não por acaso, enquanto a média dos acordos firmados com as carreiras de servidores que possuem maiores patamares remuneratórios e menores perdas inflacionárias durante o período 8 anos ultrapassa 20% em muitos casos, o Governo apresentou índices ao redor de 10% (zero em 2024) para os servidores que recebem as remunerações mais baixas do funcionalismo, entre eles aqueles que estão na mesa do tal “suporte administrativo”. Vale lembrar que, esses também tiveram as maiores perdas.

Por fim, o SINAEG alerta que, diante da trágica situação das inundações no Rio Grande do Sul, os servidores da ERCE têm um papel crucial na reconstrução das áreas afetadas. Enquanto milhares de pessoas aguardam resgate e mais de 300 municípios mal conseguem calcular os danos causados pelas enchentes, cientistas alertam que eventos climáticos extremos continuarão ocorrendo. Relatórios da ONU destacam a recorrência desses fenômenos e a urgência da realocação para mais de 3 milhões de brasileiros que vivem em áreas de risco.

Os servidores ERCE, distribuídos em órgãos como Ministérios da Integração Regional, das Cidades, da Agricultura, das Comunicações, do Desenvolvimento e da Assistência Social, FUNASA, DNOCS, entre outros, com expertise em engenharia, arquitetura, geologia, estatística e economia, serão os responsáveis técnicos nos projetos, emendas e convênios de reconstrução e transferência de recursos. O trabalho dos ERCEs será a garantia que as comunidades afetadas sejam assistidas e amparadas durante todo o processo de recuperação e evitando futuras tragédias similares.

Contudo, a luta dos ERCE não termina com a campanha salarial de 2024; é um compromisso contínuo do SINAEG em defender os direitos e interesses de seus membros, persistindo além das próximas campanhas. Nesse sentido, é fundamental mobilizar a base, conscientizando-a sobre a importância de valorizar a carreira da ERCE e pressionar o Governo e o Congresso Nacional por reconhecimento formal, remuneração condizente com a formação e responsabilidades, além de condições de trabalho adequadas.

O SINAEG chama aos servidores ERCEs a se filiarem e participarem das atividades. E à Sociedade, a apoiar a proposta de criação do plano de carreira e do ciclo de desenvolvimento e infraestrutura no Poder Executivo Federal.

**Para saber mais acesse: www.sinaeg.org.br.**